



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15829 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 11 - Política da Educação Superior

Inclusão de discentes com deficiência no Ensino Superior Brasileiro: Políticas Públicas e desafios
 Ellen da Silva Rufino dos Reis - UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina - Campus Tubarão
 Flavia Wagner - UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina - Campus Tubarão
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Inclusão de discentes com deficiência no Ensino Superior Brasileiro: Políticas Públicas e desafios

O presente estudo aborda a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, refletindo sobre políticas públicas e programas que promovem o acesso e a permanência desses estudantes. Nas últimas décadas, houve um aumento significativo no número de discentes com deficiência no ensino superior, resultado de movimentos globais pela igualdade de direitos. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, o número de estudantes com deficiência matriculados na graduação aumentou de 26.483 em 2012 para 79.262 em 2022, representando um crescimento de aproximadamente 199,3% (BRASIL, 2023). Esse avanço se deve, em grande parte, à implementação de políticas públicas que asseguram medidas protetivas e legais para garantir o acesso e a permanência desses estudantes em condições adequadas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) determina que as universidades devem investir na criação de programas e núcleos de acessibilidade que ofereçam suporte para a permanência dos estudantes com deficiência. Essa lei destaca a importância de investir em pesquisa e desenvolvimento de metodologias de

ensino acessíveis a todos os estudantes, incluindo o uso de tecnologias assistivas, adaptação de materiais didáticos e implementação de estratégias de ensino diferenciadas.

De acordo com Castro e Almeida (2014), assegurar o acesso não é o mesmo que garantir a permanência do discente no ensino superior. A permanência está diretamente relacionada ao processo de inclusão. Constata-se, segundo Neves, Maciel e Oliveira (2019), que a inclusão nas universidades ainda é em grande parte responsabilidade do próprio discente com deficiência. Isso se deve ao fato de que o acesso dos discentes com deficiência às instituições de ensino superior ainda é um processo recente, como afirmam Campos (2013) e Fernandes (2015), e necessita de muitos estudos e investimentos.

A acessibilidade envolve medidas que vão além da dimensão arquitetônica, abrangendo aspectos legais, curriculares, práticas avaliativas e metodológicas. As instituições de ensino superior que promovem condições de acessibilidade alinham-se aos princípios da inclusão educacional, assegurando não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem para todos os estudantes (BRASIL, 2013a, p. 4).

O objetivo do estudo é identificar e analisar as políticas e programas que promovem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, além de investigar as barreiras enfrentadas na implementação desses mecanismos. Para alcançar o objetivo desta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa.

A revisão integrativa foi realizada na base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), utilizando os descritores "Ensino Superior" AND "Pessoa com Deficiência" AND "Políticas de Inclusão". Foram recuperados seis estudos que foram submetidos a critérios rigorosos de inclusão e exclusão. Para serem selecionados, os estudos deveriam tratar especificamente das políticas ou programas de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, ser publicados no contexto brasileiro e estar escritos em língua portuguesa. Foram excluídos os estudos que abordavam outros níveis de ensino, que estavam fora da área da educação, ou que não tinham textos completos e de acesso aberto. Todos os seis estudos recuperados foram selecionados para análise por satisfazerem os critérios de inclusão.

Para garantir a coerência e a profundidade na análise dos artigos, foi essencial a elaboração de categorias de análise. Utilizando a frequência dos tópicos presentes nos seis estudos selecionados, foram estabelecidas categorias e subcategorias específicas: a) Legislação e políticas institucionais; b) Acessibilidade e permanência; e a subcategoria Programas de apoio pedagógico.

Os resultados da análise revelam avanços significativos na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A Lei nº 13.146/2015, junto com o Decreto nº 7.611/2011, tem promovido um ambiente educacional mais inclusivo. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta práticas educacionais que favorecem a inclusão. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a resistência cultural em algumas instituições, que dificulta a plena inclusão dos estudantes com deficiência. A

discrepância entre a legislação e a prática resulta em dificuldades para muitos estudantes acessarem espaços e recursos educativos adequados.

A formação e qualificação de educadores são cruciais para a efetividade das políticas de inclusão. A necessidade de uma política de formação continuada é evidente para capacitar os professores sobre as particularidades dos alunos com deficiência. Além disso, é fundamental que as instituições de ensino superior realizem ajustes arquitetônicos e pedagógicos para remover barreiras físicas e atitudinais. A melhoria na coleta de dados e no monitoramento das políticas de inclusão também é necessária para garantir que essas políticas atendam efetivamente às necessidades dos estudantes.

Os estudos analisados enfatizam a importância de criar um ambiente educacional inclusivo que ofereça suporte contínuo aos estudantes com deficiência. A análise das palavras-chave dos artigos revelou uma ênfase significativa em temas como "Educação Especial", "Ensino Superior" e "Pessoa com Deficiência", destacando a relevância desses temas para a pesquisa e prática da inclusão educacional. A frequência das palavras-chave também indica uma preocupação comum com as práticas e políticas voltadas para a educação de pessoas com necessidades especiais, evidenciando a necessidade de políticas efetivas e sustentáveis.

Concluimos que embora tenha havido avanços, a inclusão de discentes com deficiência no ensino superior brasileiro ainda enfrenta desafios importantes. É essencial continuar aprimorando as políticas de inclusão, investindo em infraestrutura adequada e adotando práticas pedagógicas inclusivas para assegurar a plena participação desses estudantes. As universidades devem desenvolver programas e núcleos de acessibilidade, como previsto na Lei Brasileira de Inclusão, e capacitar os docentes para atender às diversas necessidades desses universitários. Revisitar legislações e políticas é fundamental para garantir o apoio necessário. Futuras pesquisas são recomendadas para promover uma educação superior mais inclusiva e de qualidade.

Palavras – chaves: Inclusão. Acessibilidade. Ensino Superior. Políticas Públicas. Pessoas com Deficiência

Referencias:

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2022: resumo técnico. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<http://inep.gov.br/artigo/>-

/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/6949271>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAMPOS, D. R. S. Representações de alunos com deficiência sobre os currículos de seus cursos de graduação na Universidade Federal do Pará. 2013.

CASTRO, S. F., & ALMEIDA, M. A. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(2), 179-194. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>.

FERNANDES, A. C. R. Dinâmicas de significação e trajetórias de desenvolvimento: experiências de estudantes com deficiência autodeclarada na universidade. 2015.

FERREIRA, M. M. (2007). *Inclusão Educacional: Desafios e Perspectivas*. Editora XYZ.

NEVES, J. D. V., MACIEL, R. A., & OLIVEIRA, M. V. S. (2019). Inclusão Educacional no Ensino Superior: Realidades e Desafios. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 457-471.